

V!RUS

Revista do Nomads.usp
Nomads.usp Journal
ISSN 2175- 974X

desenhando coexistencia | designing coexistence | sem 2-10

Como citar esse texto: LOPES, J. M. de A. De volta a Babel. **VIRUS**, São Carlos, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=5>> Acesso em: dd mm aa.

De volta a Babel

João Marcos de Almeida Lopes

João Marcos de Almeida Lopes é arquiteto, Doutor em Filosofia e Metodologia das Ciências e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Tem grande experiência na atuação em temas relacionados à habitação popular, autogestão e mutirões.

Arquitetos, engenheiros e técnicos de diversas áreas profissionais, vimo-nos às voltas, particularmente ao longo dos anos 1980 e início dos 1990, com um largo espectro de debates e discursos, sentidos e significados, práticas e prédicas, todos provenientes da ação dos novos movimentos sociais articulados em torno da produção da moradia. Boa parte desses movimentos engajava-se na construção de uma alternativa que, politicamente, permitisse pensar outra forma de produzir a cidade e a casa. Imaginávamos que mecanismos autogestionários, aplicados na produção de projetos e obras, permitiriam a decorrente estruturação de uma modalidade de *autonomia* que – assim acreditávamos – deflagrariam uma vertigem de ações libertárias que extrapolariam o restrito campo do imediato atendimento a uma necessidade material: um digno lugar para o morar.

Compartilhávamos saberes, conhecimentos e informações de todas as ordens, emparelhados numa inusitada confluência entre horizontes teóricos e práticos, e que parecia convocar, finalmente, alguma consonância entre *palavras* e *coisas*. A coexistência entre o universo ilustrado dos arquitetos e engenheiros e a realidade polimórfica trazida pelos movimentos fazia-nos dialogar em meio a um vórtice de sentidos que condensava uma peculiar compreensão de “democracia” (a “direta”, certamente), “autonomia”, “autogestão” e até mesmo da surrada “conquista da cidadania” ou de contrações mais radicais como “transformação da sociedade”.

Parecia certo que não nos perderíamos, erguendo torres naquela Babel de sentidos e significados polissêmicos.

Na bíblica Babel, era convicção que a torre concederia alguma possibilidade de ver e tocar o todo-poderoso: no texto bíblico, a exortação era para que os homens se unissem na construção de uma cidade e uma torre cujo topo alcançasse aos céus, as quais fariam célebres os nomes daqueles envolvidos em sua construção. Para a faina pretendida, entretanto, eram necessárias algumas providências prévias: “E disseram uns aos outros: Vinde, façamos tijolos, e queimemo-los bem. Os tijolos serviram-lhes de pedra, e o betume de argamassa” (Gênesis 11:3). Pela ordem dos eventos, não há como evitar imaginarmos a frenética organização das tarefas, a fumaça das fogueiras esquentando enormes tachos para amolentar o betume, pequenas plataformas sobre rodas distribuindo tijolos entre as frentes de elevação das alvenarias, centenas de homens pisoteando o barro para dissolver-lhe os grumos e prepará-lo para as formas já polvilhadas com uma fina camada de areia para facilitar a desforma etc., etc.. A cidade vem como ordem que dá respaldo a todo o empreendimento, a torre sobe sob o comando de um desejo de poder. Passo a passo, fiada por fiada, a torre sobe lentamente. Até o momento em que Deus se dá conta (!) do que está acontecendo e, para desgraça dos homens, por sobre eles despeja sua ira, bagunçando e embaralhando significantes e significados, sentidos e acepções, formas e conteúdos, *as palavras e as coisas*. Diz o mito que todo o empreendimento faliu: as obras foram abandonadas, a torre caiu e a cidade sumiu. Os homens acabaram espalhados por toda a terra, sabe-se lá reunidos como povos em torno de quais afinidades culturais ou lingüísticas que, a partir de Babel, então se reorganizaram.

Se o mito empresta algum sentido – ainda que mítico – à polimorfia cultural do mundo presente, as antinomias do tempo presente não dão conta dos mitos passados. Aquele conjunto de conhecimentos e saberes que coexistiam – e ainda coexistem – quando compartilhamos ações com os movimentos de moradia (tanto com os Sem-Teto como com os Sem-Terra), *as palavras e as coisas*, se não apresentam significados concorrentes, no mínimo são atravessadas por uma infinidade de sutilezas e ambigüidades que nos faz escapar os deslizamentos que nos esparramam e embaralham o real sentido das ações. Como frente a um espelho, encontramos-nos às voltas com o avesso dos significados que imaginávamos compartilhar: se alcançamos alguma autonomia, trata-se daquela ardilosamente – ou nem tanto – pretendida pelo Estado neoliberal, justificando-o livrar-se de suas obrigações; se consolidamos alguma auto-determinação produtiva, trata-se daquela que permite o auto-empendedor concorrer livremente, a partir de seu esforço próprio, como mais um mercador mercadejando algum consumidor daquilo que autonomamente consegue produzir no fundo de seu quintal.

Quanto mais a autogestão avança como alternativa para a organização da força de trabalho, mais recorrente é a força que a preconiza como argumento legítimo para a desregulação produtiva e a

desoneração do capital em relação ao trabalho. "Cada um faz a sua própria história" transforma-se, assim, numa cantilena escabrosa e perversa, ironicamente entoada pelos todo-poderosos de então. E, no entanto, não é que os sentidos sejam outros, se os atualizarmos para o tempo presente. Como num léxico oculto, eram estes mesmos sentidos que conviviam com aqueles aparentemente consensuados. Isto é: quando falávamos em "autonomia", os movimentos também falavam na mesma "autonomia". Mas, se na conformação fonética dos termos, estava dada alguma possibilidade de coexistência entre significados, esta possibilidade não *significava*, necessariamente, algum consenso na ação – antes, sim, conflito entre concepções e disputa entre construções ideológicas (nossa velha "inversão imaginária do real", como nos ensina Marilena Chauí) (CHAUÍ; FRANCO 1978, p.9).

E, no entanto, seria o caso de afirmarmos inúteis os esforços e as até legítimas convicções de outrora? Se tudo se reduz a heteronomia, para que acalentarmos qualquer fremir libertário? Continuamos construindo cidades e torres, também movidos por um desejo de potência. Só que, agora, sob o comando de outras ordens de poder – "tudo posso, no capital que me fortalece", trocando o Deus de Babel pelo nosso deus da acumulação. Paradoxalmente, a nossa nova Babel nos reúne, só que agora pela tremenda confusão ideológica que nos submete a prática, embaralhada pelo pensamento único determinado pelas ordens da acumulação ampliada.

O que nos fica – pelo menos – e que, paradoxalmente, acabamos colocando em *coexistência*, é o que Deleuze chamou de "vacúolos de não-comunicação". Se tudo, até mesmo as palavras estão contaminadas, talvez até mesmo "apodrecidas" (DELEUZE, 1992, p.217), cabe-nos a irredutível defesa do silêncio propiciado pelo encontro entre o barro e a forma do oleiro, quando o tijolo que dali germina evidencia alguma possibilidade de acordo entre Técnica e Política. Nestes tempos – e desde aqueles –, o que nos importa – e importava, sabemos agora – é construir não só a superação da estreiteza de sentidos que nos travam os olhos, mas a curva de um tempo futuro que nos permita pensar a *técnica* como *prática política* – e, necessário explicar, no sentido forte do termo, é claro.

Referências

CHAUÍ, M.; FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra / Centro de Estudos da Cultura Contemporânea, 1978.

DELEUZE, G. **Conversações, 1972 – 1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.